

INTERVENÇÃO PROFERIDA EM PLENÁRIO

PROTECÇÃO DA ORLA COSTEIRA DA VILA DAS LAJES DO PICO

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhores membros do Governo

O Conselho do Governo Regional, na sua reunião do passado dia 11 de Setembro, aprovou uma Resolução que autoriza o lançamento do concurso público internacional com vista à adjudicação da empreitada de "Protecção da Orla Costeira da Vila das Lajes do Pico" pelo valor base de 8,5 milhões de euros (1,7 milhões de contos).

A obra, com um prazo de execução estimado em 24 meses, compreende a construção de um quebra-mar destacado, com uma extensão de 400 metros, constituído por um prisma clássico de enrocamentos revestido com blocos de betão pré-fabricados de 100 KN (10 toneladas) e 300 KN (30 toneladas). O quebra-mar, que distará da actual entrada da bacia portuária cerca de 150 metros, será implantado sobre as formações rochosas que ladeiam o actual acesso ao porto, implicando a execução de novo canal de entrada, o que proporcionará uma mais fácil e segura acessibilidade ao porto da vila das Lajes do Pico.

Trata-se de obra com uma dimensão considerável e onde irão ser aplicados mais de quatro mil blocos de betão pré-fabricados, implicando ainda um volume de dragagens que rondará os 18 mil metros cúbicos, enquanto o volume de enrocamentos a depositar, de diversos calibres, ascenderá aos 50 mil metros cúbicos.

Senhor Presidente;

Senhores Deputados e membros do Governo;

A vila das Lajes do Pico, desde sempre e com alguma frequência, tem sido assolada por tempestades que provocam a inundação da zona litoral, especialmente quando os ventos sopram com uma intensidade considerável do quadrante Oeste. Estes fenómenos resultam não só das condições climatéricas mas também das características morfológicas dos fundos marinhos, originando a sobre-elevação do nível da água, causando galgamentos e consequentes inundações.

Os temporais dos meses de Fevereiro de 1985 e de 1986 espalharam prejuízos e preocupação entre a população da Vila das Lajes do Pico e lançaram uma intensa discussão ao longo destes quase 20 anos.

Na altura os responsáveis municipais alertaram o Governo Regional para a necessidade de ser repensada a protecção

costeira daquela Vila, tendo recebido do Governo a resposta de que tal não era considerado um investimento prioritário.

Nova maresia de Oeste abateu-se, pelo terceiro ano consecutivo, sobre a Vila Baleeira, em Fevereiro de 1987, repetindo-se os prejuízos materiais e aumentando as preocupações dos lajenses. Consequentemente, no início do mês de Março desse ano, a Câmara Municipal solicitou ao Presidente do Governo Regional que ordenasse a elaboração urgente de um estudo para a defesa da Vila das Lajes.

Na altura, e perante a passividade do Governo Regional, a Câmara Municipal contactou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) com vista à realização de um estudo onde fossem analisadas as causas da entrada do mar na Vila em ocasiões de temporal e definidas soluções-tipo que a impedissem. Igualmente providenciou a obtenção da necessária informação sobre a morfologia dos fundos, mais detalhada e actualizada do que a contida nos levantamentos que se conheciam, solicitando ao Ministro da República para os Açores, em Junho de 1987, a vinda ao Pico, de um navio hidrográfico da Armada para proceder à confirmação das cotas constantes no Plano Hidrográfico da Baía das Lajes do Pico, cujos últimos levantamentos tinham sido efectuados em 1963. Trabalhos esses que foram efectuados em Julho de 1988, pelo NRP "Auriga".

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Em Abril de 1989 a autarquia das Lajes do Pico, em posse dos elementos supra referidos, solicitou ao Secretário Regional da Economia e Transportes que fosse ordenada a realização de um estudo prévio da defesa da Vila.

Um ano depois, em Abril de 1990, a Direcção Regional dos Transportes e Comunicações encetou um processo de consulta a três empresas especializadas para a apresentação de propostas que permitissem a elaboração de um estudo tendo em vista a Protecção da Orla Costeira da Vila das Lajes.

Apreciadas as propostas apresentadas pelas empresas consultadas, a Direcção Regional dos Transportes e Comunicações escolheu a proposta da Hidrotécnica Portuguesa (HP), adjudicando o estudo a esta empresa em Julho de 1990.

Em Junho de 1991, a HP terminou a 1.^a fase do estudo que tinha por objecto a caracterização das condições que conduzem à ocorrência de galgamentos ao longo da orla costeira adjacente à zona urbana das Lajes, num trecho com uma extensão de cerca de um quilómetro, quando se registam fortes temporais, e o estudo de soluções que

poderiam ser adoptadas para a resolução do problema. Em Novembro de 1991 a Direcção Regional dos Transportes e Comunicações recebeu o estudo que apresentava duas hipóteses cujos custos variavam entre os 113.000 contos (alçamento e consolidação das actuais muralhas) e os 970.000 contos (construção de quebra-mar em quatro zonas da baía e ainda um aterro com construção de muralha na zona da Maré).

Os trabalhos inerentes aos ensaios no âmbito do Estudo da Protecção da Orla Costeira da Vila das Lajes do Pico, da responsabilidade do Núcleo de Portos e Praias do Departamento de Hidráulica do LNEC, só vieram a decorrer nos anos de 1995 e 1996, cujos resultados foram relatados em Setembro de 1995 (primeiro relatório, referente à construção do modelo reduzido e reprodução das condições de inundação da Vila), em Novembro de 1995 (segundo relatório, sobre a eficácia das obras projectadas) e em Novembro de 1996 (terceiro relatório, sobre eficácia das obras seleccionadas).

As obras, referenciadas na 1.^a fase do estudo da Hidrotécnica Portuguesa e nos relatórios dos ensaios do LNEC serviram de base a um processo de avaliação de impacte ambiental (AIA) encetado pelo Governo Regional no segundo semestre de 1997 e que conduziu à adjudicação do estudo de impacte ambiental (EIA) à empresa Impacte,

tendo o respectivo contrato sido assinado, em cerimónia pública, nas Lajes do Pico, em Julho de 1998.

A versão preliminar do relatório final do estudo de impacte data de Março de 1999, e foi submetida a análise da comissão de acompanhamento cuja apreciação consta do respectivo relatório de Setembro desse ano, comunicado à empresa adjudicatária que concluiu o relatório final em Março de 2000.

Num parágrafo curto mas elucidativo, as conclusões do estudo de impacte ambiental terminam afirmando que “deveriam estudar-se alternativas que conciliem de forma mais harmoniosa e, sobretudo, com maior garantia de eficácia, os interesses sócio-económicos e ambientais que estão em jogo”.

Confrontado com este facto, o Governo Regional iniciou, então, um processo sério em busca de verdadeiras alternativas, capazes de conciliar a protecção da vila com o desenvolvimento das infra-estruturas portuárias, numa perspectiva de progresso económico.

Senhor Presidente;

Senhores Deputados e membros do Governo;

Em Fevereiro de 2001, o Secretário Regional do Ambiente ordenou a constituição de uma equipa técnica incumbida de

procurar “uma solução mais adequada” para a protecção a implementar no litoral da vila das Lajes.

Este novo projecto, apesar de todas as críticas de que foi alvo a inversão do processo corajosamente assumida por nós próprios e pelo Partido Socialista na campanha eleitoral de 2000, é hoje aplaudido por todos que o reconhecem como a melhor solução para o ordenamento e protecção da orla costeira da vila das Lajes.

É, pois, com orgulho e enorme satisfação que, a par da resolução de mais um problema que se arrastou durante séculos penalizando profundamente aquela população, cumprimos também mais um compromisso eleitoral, na certeza de que estamos a contribuir, de forma decisiva, para o efectivo progresso e desenvolvimento do Pico, quebrando com alguns mitos e desmascarando aqueles que, com o seu pensamento caduco, teimam em amarrar a ilha ao seu próprio atraso.

Disse!

Sala das Sessões, 9 de Dezembro de 2003

O Deputado Regional

Lizuarte Machado